

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**  
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**  
3 **NO DIA TRINTA E UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE UM, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NA**  
4 **FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes membros:** São Paulo - Luiz Roberto  
5 Barretti (ABES-SP), José Roberto Schmidt (CETESB), Jorge Sanabria (SABESP), Teresa Paiva (USP); Rio de  
6 Janeiro - Livia Soalheiro e Romano (SEAS), João Gomes (UNF), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa  
7 Vida!), Markus Budzynkz (APEDEMA), Gisele Boa Sorte (SEAS); Minas Gerais – Matheus Cremonese (PREA),  
8 Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM), **dos seguintes convidados:** Gré Lobo (DAEE), Cinthia Avellar (INEA),  
9 Leonardo Fildago (INEA), Wanderlene Nacif (IGAM), Micael Fraga (IGAM), Fabrizia Araújo (IGAM), Luciana  
10 Figueiredo (AGEDOCE), Edson Falcão (SEAS), Beatriz Durazzo (CETESB), José Altivo (CETESB), André  
11 Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Marina Assis (AGEVAP), Leandro Oliveira (AGEVAP),  
12 Júlio César Ferreira (AGEVAP), Daiane Santos (AGEVAP), Raissa Galdino (Prefácio), Márcio Peixoto  
13 (AGEVAP), Amaro Neto (AGEVAP), Thais Nacif (AGEVAP), Fernanda Scudino (AGEVAP), Flávio Monteiro  
14 (AGEVAP), Ana Carolina Duarte (Prefácio) **para tratar da seguinte pauta: 1 – Aprovação da ata da reunião**  
15 **anterior; 2 – Apresentação da Hierarquização do Edital do Programa de Gerenciamento de Perdas em**  
16 **Sistemas de Distribuição de Água 3 – Apreciação da Deliberação que dispõe sobre a atualização do Plano**  
17 **de Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP 2021 (Crise Hídrica/São João da Barra); 4 – Apreciação da**  
18 **Deliberação que dispõe a atualização do Plano de Execução Orçamentária Anual – POA CEIVAP 2021**  
19 **(Crise Hídrica/São João da Barra); 5 – Apresentação das diretrizes do Plano de Trabalho dos Órgãos**  
20 **Gestores no âmbito do MONITORAR; 6 – Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Sistema de**  
21 **Esgotamento Sanitário de Divinésia; 7 – Assuntos Gerais, e; 8 – Encerramento. ITEM 1 Aprovação da ata**  
22 **da reunião anterior:** O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES-SP) deu início à reunião lendo a ordem do dia e passando  
23 para aprovação da ata. Não havendo apontamentos, a ata da 2ª Reunião Ordinária, de 13/05/21 foi aprovada. A  
24 Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) questionou a possibilidade da inversão do sexto item de pauta com o segundo,  
25 salvo que o Sr. André Marques (AGEVAP) gostaria de participar da apresentação, mas não poderá continuar até  
26 o final da reunião devido outra com o Ministério de Desenvolvimento Regional. Sem nenhuma objeção, os itens  
27 de pauta foram invertidos. **ITEM 2 Apresentação da Hierarquização do Edital do Programa de**  
28 **Gerenciamento de Perdas em Sistemas de Distribuição de Água:** A Sra. Marina Assis (AGEVAP)  
29 cumprimentou a todos e contextualizou que essa apresentação é para atender ao escopo da deliberação que foi  
30 aprovada na última reunião da Câmara Consultiva de 2020. Falou sobre as perdas no processo de abastecimento  
31 de água por meio de redes de distribuição, com metas de redução estabelecidas pelo Plano Nacional de  
32 Saneamento Básico na região Sudeste de 32% em 2023 e 20% em 2033. Foi definido que o CEIVAP como comitê  
33 de bacia atuaria na indução dos projetos de combate a perdas com esforços que envolvem soluções inovadoras  
34 incentivando o uso da tecnologia. Na deliberação 291/2020 foi aprovado o montante de três milhões de reais,  
35 tendo limite de um milhão por projeto, sendo um projeto por estado. Mencionou que para operacionalizar o  
36 programa foi publicado o edital 003/2021 e citou quem poderia participar do mesmo. Falou sobre as próximas  
37 etapas e citou a lista de municípios que se inscreveram, dizendo que todos eles foram habilitados e a sua  
38 hierarquização, explicando a forma de calculá-la, falando que os três primeiros foram Tocantins/MG, Volta  
39 Redonda/RJ, Guaratinguetá/SP e demonstrou um mapa deles na bacia. O Sr. André Marques (AGEVAP)  
40 complementou que esse programa de perdas começou no parque tecnológico sendo o primeiro do Brasil. Disse  
41 que haverá sensores instalados em uma área selecionada no município, fazendo com que eles tenham o  
42 compromisso de trocar os hidrômetros para trabalharem com as perdas aparentes. Também serão instalados  
43 sensores na tubulação para ilustrar a curva padrão do dia para serem identificados os vazamentos não visíveis.  
44 Ressaltou que o ponto importante desse programa é que os municípios hierarquizados já tinham uma equipe que  
45 trabalhava com isso, o que é importante, pois um programa de perdas precisa ter continuidade. Expos sua  
46 preocupação quanto ao município de Argirita/MG pois eles não têm uma equipe dedicada ao programa, então  
47 caso não se comprometam não será possível atendê-los. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) sobre a última fala do Sr.  
48 André reiterou que o grande problema de drenagem é não ter instituições organizadas. Falou que se não for  
49 trabalhada a institucionalização essas cidades de pequeno porte e com dificuldade estrutural nunca conseguirão  
50 ser atendidas. O Sr. André Marques respondeu que para começar uma ação, a prefeitura precisa institucionalizar  
51 o local, pois trata-se de uma transferência de tecnologia. A ideia nesse mandato é capacitar as pessoas para que  
52 seja criada oficialmente a equipe de perdas. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES-SP) salientou que o controle de  
53 perdas é para quem já tem uma estrutura instalada para ter a oportunidade de sofisticar o seu sistema. O Sr.  
54 Eduardo Araújo (IGAM) disse que sua fala é um questionamento do papel que pode ser exercido sobre os  
55 municípios que ainda estão começando. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES-SP) falou sobre as novidades do novo  
56 marco do saneamento que trazem novas ferramentas de gestão e figura de consórcios para busca de soluções. O  
57 Sr. André Marques (AGEVAP) disse que está realizando palestras em alguns municípios sobre o novo marco de  
58 saneamento e sua preocupação é que a taxa de lixo agora é obrigatória para as prefeituras e muitas não estão  
59 sabendo, o que pode gerar improbidade administrativa. A Sra. Vera Lucia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!)  
60 parabenizou e o edital e disse que assumindo a gerência do controle de perdas do SAAE pode perceber o quão  
61 despreparada algumas prefeituras estão, sem um sistema de medição eficiente. Perguntou se poderia participar  
62 quando houverem os treinamentos em Volta Redonda e Quatis. O Sr. André Marques (AGEVAP) mencionou que  
63 os treinamentos teóricos serão online e que ela poderia acompanhar a implementação em Volta Redonda. O Sr.

64 João Gomes (UENF) questionou qual o impacto de perdas de um município tão pequeno como Argirita no  
65 montante do Paraíba do Sul e qual foi o critério de escolha. O Sr. André Marques (AGEVAP) disse que  
66 primeiramente o combate a perdas trás o conceito do uso racional de água e toda perda que é feita os municípes  
67 que estão pagando, logo quanto mais se perde mais eles pagam, essa é uma maneira de preservá-los também. Mas  
68 que de qualquer forma são projetos demonstrativos, não que já irão resolver todos os problemas. A Sra. Livia  
69 Soalheiro (SEAS) complementando a fala da Sra. Vera sugeriu a possibilidade de chamar um representante de  
70 cada município para participar do treinamento, pois é importante que eles comecem a participar dessa cultura de  
71 olhar para as perdas. **ITEM 3 Apreciação da Deliberação que dispõe sobre a atualização do Plano de**  
72 **Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP 2021 (Crise Hídrica/São João da Barra):** A Sra. Aline Alvarenga  
73 (AGEVAP) espelhou a deliberação *ad referendum* contextualizando a crise hídrica de São Joao da Barra em 2014.  
74 Começou a explicar suas modificações que agora constam com o remanejamento financeiro e a atualização de  
75 alguns considerandos. Fez a leitura da inserção de dois parágrafos que subsidiam a alteração do plano. Explicou  
76 que os valores que estão sendo remanejados serão relatados de volta para sua ação na construção do Plano de  
77 Aplicação Plurianual de 2022 a 2025. Finalizou demonstrando a mudança no quadro de valores com a nova linha  
78 1.8.5 que entra como segurança hídrica e eventos críticos e com a retirada a terceira coluna de valores  
79 comprometidos para exercícios futuros. O Sr. João Gomes (UENF) solicitou uma apresentação da prefeitura de  
80 São João da Barra. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) salientou que o GT Vazões está discutindo recursos e ele não  
81 acha correto uma posição passar direto da Diretoria para a CTC sem passar pelo GT primeiro. O Sr. André  
82 Marques (AGEVAP) disse que apesar de conhecer os problemas de São João da Barra sua preocupação é abrir  
83 um caminho que depois não possa atender outros municípios. Indicou que talvez o caminho fosse abrir uma  
84 reserva orçamentária no PROTRATAR para não mexer nesse recurso que teoricamente é de Minas. O Sr. Eduardo  
85 Araújo lembrou que um dos motivos de Minas ter parado os projetos foi que não queriam acabar só com o  
86 problema de Ubá, e sua preocupação é como explicar que agora ocorrerá dessa forma. A Sra. Livia Soalheiro  
87 (SEAS) disse que o assunto chegou à Diretoria como ação emergencial e ela teria prerrogativa para aprovar o *ad*  
88 *referendum* mas encaminhou a CTC para que houvesse mais debates. No seu conhecimento sobre a deliberação  
89 do GT, ele não atende ações emergenciais e segundo a apresentação não haverá prejuízo de recursos. Em sua  
90 opinião outros municípios podem pedir ações emergenciais sim e os membros enquanto CEIVAP precisam pensar  
91 em maneiras de agir perante essas situações. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES) complementou que existe um  
92 cenário em que a crise hídrica deve retornar e pela sua vivência pode perceber que é algo recorrente há cada 10/15  
93 anos. Sendo assim, é preciso estar preparado para enfrentar essa realidade. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) reiterou  
94 que sua preocupação é exatamente por ser emergencial, entende que a Diretoria pode deliberar ações desse tipo,  
95 mas não há caracterização de emergência. Disse que em Minas há muitos casos emergências de abastecimento  
96 em espera da discussão do GT Vazões. O Sr. André Marques (AGEVAP) alertou que a crise hídrica já existe e se  
97 compara com o patamar de 2014. Sugeriu um novo formato de atender o problema com uma reserva orçamentária  
98 e com um valor maior, para que se esteja preparado a atender outras ações que também precisarão ser avaliadas  
99 na CTC. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES) reforçou que o encaminhamento da Diretoria foi a discussão do  
100 remanejamento de recursos e não uma pauta técnica para discutir o quão importante é essa ação. A Sra. Lívia  
101 Soalheiro (SEAS) disse que seu receio é não conseguir atender o município no momento que é emergencial por  
102 não fazer o remanejamento sendo que em novembro será feito um novo POA com remanejamentos obrigatórios.  
103 O Sr. João Gomes (UENF) falou que solicitou em pauta essa apresentação, mas que entende que ela pode abrir  
104 uma discussão incabível. Em contraposição a fala do Sr. Eduardo, disse que estão falando de emergência na calha  
105 do Paraíba do Sul, então é responsabilidade do CEIVAP, não do GT Vazões. Explicou o porquê de o pedido ter  
106 sido feito agora e que ele não partiu do município, mas sim de um comitê. O Sr. Matheus Cremonese (PREA)  
107 disse que não é a primeira vez que há discussões desse nível no CEIVAP, e que a fala da Sra. Lívia foi pontual  
108 perante a opinião da Diretoria. Explicou que ao pensar na bacia como um todo, quando a solicitação chegou o  
109 pensamento foi as prerrogativas que seriam o mesmo que aconteceu em 2014, onde não existia o GT funcionando  
110 dessa maneira e em solicitação ao CEIVAP foi negado como critério as ações serem na calha. Quando for situação  
111 da calha, deve ter atendida pelo CEIVAP para maior celeridade. Reiterou que nunca houve intenção de  
112 desprivilegiar outros estados, e se existem demandas de Minas Gerais elas precisam ser expostas, o que não está  
113 ocorrendo. A Sra. Lívia Soalheiro (SEAS) reprisou que o recurso não seria tirado de uma ação executada agora.  
114 E que o GT Vazões não é para análise de situações emergências, sendo preciso ter agilidade nessas ações. O Sr.  
115 Luiz Roberto Barretti (ABES) falou sobre a falta da nota técnica e disse que não acha que cabe a CTC indicar  
116 uma solução financeira, mas apenas dar apoio a ação. Sem mais apontamentos, a Câmara Técnica recomenda o  
117 apoio a ação. **ITEM 4 Apreciação da Deliberação que dispõe a atualização do Plano de Execução**  
118 **Orçamentária Anual – POA CEIVAP 2021 (Crise Hídrica/São João da Barra):** A Sra. Aline Alvarenga  
119 (AGEVAP) reiterou que o POA é apenas uma subação do PAP, então demonstra que as mudanças de texto foram  
120 as mesmas. No quadro de recursos explica que o valor dos exercícios futuros da linha 1.8.4.2 passa para a 1.8.4.5.  
121 O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES) alegou que na deliberação anterior foi recomendado o uso do texto original,  
122 então acha que esta deve funcionar da mesma maneira, mas constando a contrapartida do comitê Baixo Paraíba  
123 do Sul e Itabapoana. A Sra. Thais Nacif (CBH BPSI) perguntou se o valor da contrapartida é o valor total da  
124 rubrica do comitê e a Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) esclareceu que sim, em 10%. Sem mais manifestações, a  
125 Câmara Técnica recomenda o apoio a ação. **ITEM 5 Apresentação das diretrizes do Plano de Trabalho dos**  
126 **Órgãos Gestores no âmbito do MONITORAR:** A Sra. Marina Assis (AGEVAP) contextualizou a discussão do

127 MONITORAR até a presente reunião, dizendo que esta apresentação se decorre das dúvidas da atualização do  
128 primeiro ciclo do programa. A Sra. Beatriz Durazzo (CETESB) informou que a apresentação de São Paula será  
129 feita em duas partes. Iniciou explicando que o estado consta com dois órgãos de monitoramento de recursos  
130 hídricos, o CETESB e o DAEE. Contextualizou que os pontos que contarão com o programa já são ou farão parte  
131 das redes de monitoramento da CETESB, explicando suas estações manuais com 500 pontos e automáticas com  
132 17 e expondo seus respectivos mapas. Disse que nos manuais são monitoradas além das variáveis básicas também  
133 as com significado sanitário; substâncias tóxicas; ensaios ecotoxicológicos e comunidades aquáticas, todos com  
134 frequência trimestral. Já nas automáticas há uma medição constante que conta com uma estação e uma sonda que  
135 ficam fixas ao corpo hídrico e as análises são transmitidas por uma central de gerenciamento onde os dados podem  
136 ser consultados online. Demonstrou a proposta do monitorar em São Paulo que são em 7 pontos estratégicos para  
137 beneficiar toda a bacia. Explicou que foram selecionados variáveis para medir o índice de qualidade da água com  
138 5 classes entre ótimo e péssimo. A título de conhecimento disse que todos os dados de monitoramento da CETESB  
139 são publicados e constam no sistema INFOAGUAS. Finalizou resumindo os custos do programa no estado que  
140 foram estimados em R\$ 71.520,00 por ano nos pontos manuais. O Sr. José Altivo (CETESB) explicou também,  
141 de forma resumida, os custos dos pontos automáticos que foram estimados em R\$ 798.500, 84 no ano 1 devido a  
142 atualização tecnológica da estação Santa Branca e R\$ 397.414, 86 nos demais anos. Logo após, apresentou o  
143 orçamento detalhado dos 5 anos tanto do CEIVAP como da CETESB e finalizou com um quadro consolidando  
144 todos os custos. O Sr. Gré Lobo (DAEE) começou sua apresentação falando do papel do DAEE em São Paulo  
145 como órgão quantitativo de monitoramento de chuvas, níveis d'água, vazões e piezometria que conta com cerca  
146 de 900 postos próprios ativos. Disse que a disponibilização de informações é feita no site do DAEE trabalhando  
147 com séries históricas de passado, presente e futuro. Demonstrou e explicou o centro de controle operacional e  
148 exemplos de monitoramento de reservatório; de medição com vertedores e calhas em pequenas bacias; de medição  
149 com ADP M9; saída de informações em tempo real de chuva e vazão; gráficos e boletins de pontos, como  
150 funcionam e quais as frequências de medições. Finalizou apresentando um quadro de custos com R\$ 600.000,00  
151 para o ano 1, R\$: 250.000,00 para os anos 2 e 3, R\$ 280.000,00 para o ano 4 e R\$ 20.000,00 para o ano 5. Iniciando  
152 a apresentação do estado do Rio de Janeiro o Sr. Leonardo Fildago (INEA) contextualizou que o INEA monitora  
153 cerca de 600 pontos em todo estado e explicou os objetivos principais desse monitoramento contando com  
154 acompanhar as variáveis de qualidade de água permitindo a análise e evolução, e fomentar o estabelecimento de  
155 sistemas de informação para gestão de recursos hídricos. Demonstrou os pontos de proposta do programa, e um  
156 quadro com informações da rede atual com 14 pontos qualitativos e 1 quantitativo com coletas trimestrais e a  
157 proposta de expansão. Finalizou expondo e explicando a estimativa de custos do programa que fica em R\$  
158 3.035.982,85 e quais os parâmetros utilizados no cálculo IQA e de controle. A Sra Cinthia Avellar (INEA)  
159 completou que não consta na apresentação, mas é muito representativo o conhecimento de que atualmente o INEA  
160 opera 46 estações hidrometeorológicas na porção fluminense da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e a  
161 única expansão prevista nesse programa é um ponto de monitoramento quantitativo no município de Itaocara.  
162 Informou também que apesar dos valores apresentados nas estações automáticas, ainda não há uma resposta da  
163 empresa para representantes no Brasil que pudessem fazer a manutenção. Portanto foi considerado o valor de 20%  
164 de aquisição do equipamento. Finalizou dizendo os valores apresentados no quadro são alvos de licitação, então  
165 estão bem acima do real já que a proposta do programa é que a própria AGEVAP faça as licitações e contrate a  
166 empresa. Finalizando as falas e representando Minas Gerais, a Sra. Wanderlene Nacif (IGAM) informou que o  
167 IGAM está passando por uma reformulação, então optaram por não fazer uma apresentação do plano de trabalho.  
168 Essa situação é devido a discussão do orçamento para 2022, pois na rede de qualidade de água ainda há recurso  
169 que contempla os pontos do Paraíba do Sul, proveniente do QualiÁgua. Há também um estudo junto com a  
170 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e a CPRM da rede de quantidade. Logo, a priori não há demanda  
171 para implantação de novos pontos. Após a finalização dos estudos, pode haver a modernização da rede com  
172 estações telemétricas. Os pontos de qualidade que foram sinalizados no plano já foram implementados e já fazem  
173 parte da rede. O Sr. Micael Fraga (IGAM) completou que todos os pontos de qualidade propostos já foram  
174 implementados e apenas um ponto de quantidade ainda não, mas a ideia foi avaliar o que seria bom para o  
175 programa e para o estado, por isso optaram por finalizar seu estudo primeiro. O Sr. João Gomes (UENF) perguntou  
176 a representante do Rio de Janeiro se não farão monitoramento de quantidade e informou que as sondas  
177 parametrizado automáticas que são citadas no Rio Dois Rios também foram solicitadas para o Baixo Paraíba do  
178 Sul e Itabapoana, então gostaria de saber se elas estão incluídas. A Sra. Cinthia Avellar (INEA) esclareceu que as  
179 duas sondas do BPSI também estão contempladas na proposta e que há monitoramento de 42 pontos quantitativos,  
180 mas não estão inseridos no programa para financiamento do CEIVAP pois já estão internalizados no INEA e  
181 outros pontos já são monitorados no Sistema HidroWeb da ANA. O Sr. Leonardo Fildago (INEA) reiterou que  
182 todos os dados quali-quantitativos estão disponíveis no portal do INEA. O Sr. Luis Roberto Barretti (ABES)  
183 solicitou aos representantes que disponibilizem as apresentações a CTC para uma melhor compreensão posterior.  
184 A Sra. Marina Assis (AGEVAP) falou sobre a preocupação de ter informações de toda a bacia e disse que está  
185 previsto que sejam disponibilizadas os dados no SIGA. Informou também sobre uma proposta que ainda será  
186 apresentada ao Comitê para a criação de um grupo de trabalho que acompanhe este programa. **ITEM 6 Termo**  
187 **de Ajustamento de Conduta (TAC) – Sistema de Esgotamento Sanitário de Divinésia:** O Sr. Leandro Oliveira  
188 (AGEVAP) iniciou com um histórico do projeto desde 2009, tendo o começo das obras em 2012. Mencionou que  
189 na quarta medição, a Caixa Econômica Federal encontrou irregularidades e a execução foi interrompida, desde

190 então houveram várias tratativas entre o município e a empresa para viabilizar a correção e continuidade do  
191 projeto. Em 2017 a prefeitura assinou um Termo de Ajustamento de Conduta junto ao MPMG e em 2018 houve  
192 a judicialização onde a nova administração municipal processou a anterior e a construtora responsável. Desde  
193 então a AGEVAP vem buscando uma solução amigável para garantir o provimento com o uso do saldo  
194 remanescente. Em 2019 foi elaborado um Plano de Adequação do Projeto com a atualização dos orçamentos e a  
195 divisão do município em sub-bacias, já que pelo valor defasado precisaria ter uma lógica diferente na aplicação  
196 de recursos. Em 2020 o TAC foi aditivado com a inclusão de um plano de trabalho definindo compromissos e  
197 prazos para a execução da obra em etapas. Demonstrou o cronograma dividido em 5 etapas e 4 anos. Falou sobre a  
198 rede do município e explicou que a prefeitura realizou processo licitatório com recurso próprio para a instalação  
199 da rede na gleba e que a previsão da obra é setembro de 2021. Mencionou que houve um alinhamento da Diretoria  
200 da AGEVAP com a ANA para encerrar o contrato entre a Caixa Econômica Federal e celebrar um novo  
201 instrumento nos novos termos. Finalizou sua apresentação apontando os próximos passos da AGEVAP que são  
202 celebrar um novo instrumento contratual com a prefeitura para dar andamento aos compromissos pactuados no  
203 TAC; aplicar o recurso na ETE e na EEE após a garantia de funcionalidade do sistema, e; apoio da gerenciadora  
204 de obras do CEIVAP no acompanhamento. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES) questionou se essa situação entre  
205 prefeitura e AGEVAP volta a ser deliberado no CEIVAP, e o Sr. Leandro Oliveira esclareceu que não, pois já  
206 é um recurso que já está reservado para a ação. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o item de pauta foi  
207 encerrado. **ITEM 7 Assuntos Gerais:** Não houve assuntos gerais a serem tratados. **ITEM 8 Encerramento:** Não  
208 havendo mais nada a tratar, o coordenador deu por encerrada a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Consultiva do  
209 CEIVAP de 2021, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Naomy de Souza,  
210 Secretária ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Luiz Roberto Barretti, que  
211 presidiu a reunião.  
212  
213

214 Resende, 31 de agosto de 2021.  
215  
216  
217  
218

219 Luiz Roberto Barretti  
220 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**